

Edital 20/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
20/2024	380217-ESP-PENIT. VALDIC JUNIO A. PRIMO - AVANHANDAV	FABIANO SOARES PINTO	04/07/2024 13:40 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		006.00206721/2024-48

PENITENCIÁRIA “VALDIC JUNIO ALVES PRIMO” DE AVANHANDAVA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90015/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006.00206721/2024-48

Torna-se público que o(a) **SECRETARIA DE ADMNISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**, por meio do(a) **Penitenciária “Valdic Junio Alves Primo” de Avanhandava** sediado(a) Rodovia Marechal Rondon, KM 475, Bairro da Rocinha, Município de Avanhandava, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1- O objeto da presente licitação é aquisição de MATERIAIS DE CONSUMO copa, cozinha e diversos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2- A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do **TERMO DE REFERÊNCIA**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1- Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1- Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro

2.1.2- O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, a

2.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.3- A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.4- Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

2.5- Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

2.5.1- Para todos os itens a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.5.1.1 O tratamento favorecido a que se refere o subitem anterior fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6- Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1- Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

2.6.2- Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.6.3- Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.6.4- Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5- Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.7- Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.8- Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.9- Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.10- Aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

2.7- Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7.1- A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata o subitem anterior estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.8- O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o subitem 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9- No que concerne aos subitens 2.6.2 e 2.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10- Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.

2.11- Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.12- Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1- Na presente licitação, a fase de habilitação ocorrerá após fase de apresentação de propostas e lances.

3.1.1- As disposições deste Edital que tratam especificamente da forma de realização da fase de habilitação são aplicáveis na hipótese em que a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, se ausente previsão expressa em sentido diverso.

3.2- Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2.1- Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no subitem anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço unitário e total, admitindo-se que a documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira seja substituída pelo registro cadastral no Sicafe, e observado o disposto no inc. III do art. 63 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3- No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1- está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra-legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.3- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4- cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4- O licitante organizado em cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos subitens 3.5.1 e 3.5.2 subsequentes.

3.5.1- Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

3.5.2- Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas (se admitida a participação de cooperativas) que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.3- Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no subitem 3.5.1 ou no subitem 3.5.2, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.4- No item exclusivo para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.5- Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

3.6- A falsidade da declaração de que trata os subitens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7.1- Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8- Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8.1- Caso seja definido no subitem 4.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9- Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10- Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1- a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2- os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11- O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1- valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando definido no início deste Edital o critério de julgamento por menor preço; e

3.12- O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do subitem 4.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13- Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14- O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1- O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1- Valor unitário e total do item;

4.1.2- Marca;

4.1.3- Fabricante;

4.2- Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1- Nesta licitação para registro de preços, o licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para futura contratação, nos termos da documentação que constitui Anexo deste Edital

4.3- Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4- Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5- Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6- As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

4.6.1- Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita no subitem anterior deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

4.6.2- Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata o subitem anterior, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.7- A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8- O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9- Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

4.9.1- Caso seja definido no início deste Edital o critério de julgamento por maior desconto, o preço já de corrente da aplicação do desconto oferta do deverá respeitar os preços máximos previstos no subitem anterior.

4.10- O descumprimento das regras supramencionadas por parte dos contratados pode ensejar responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO

5.1- A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2- Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3- Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.4- O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.5- O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.6- Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7- O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8- O **intervalo mínimo de diferença de valores** entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,10 (dez centavos)**.

5.9- O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10- O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

5.11- Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5- Pós o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12- Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12.1- A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.12.2- Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquelas possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.3- No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.12.4- Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas nos dois subitens anteriores, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.12.5- Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13- Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.13.1- Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.13.2- A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.13.3- A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.13.4- Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.13.5- Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.13.6- Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.14- Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.15- Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.16- Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.17- No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.18- Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.19- Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20- Em relação a itens não exclusivos para participação de micro empresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.20.1- Nessas condições, as propostas de micro empresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2- A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5(cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3- Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5%(cinco por cento),na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.20.4- No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.20.5- Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº123, de 2006, na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

5.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1- Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.21.1.1- disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2- avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

5.21.1.3- desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4- desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2- Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art.60 da Lei nº14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1- empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

5.21.2.2- empresas brasileiras;

5.21.2.3- empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4- empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.22- Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto mínimo definido para a contratação (conforme a alternativa adequada ao critério de julgamento estabelecido no início deste Edital), o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1- A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.22.2- A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3- O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4- O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5- É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

5.23- Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1- Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no *art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021*, legislação correlata e no subitem 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1- SICAF;

6.1.2- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas-CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.3- Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

6.1.4- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.1.5- Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e - Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

6.1.6- Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

6.1.7- Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

6.2- A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário, por força do *artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992*.

6.3- Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (*Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023*).

6.3.1- A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (*Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023*).

6.3.2- O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (*Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023*).

6.3.3- Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4- Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

6.4.1- O disposto nos subitens 6.4 e 6.6.2 será excepcionado se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação, nos termos do item 7, antes de se realizar a fase de julgamento.

6.5- Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 3.8, 3.10 e 4.6 deste Edital.

6.6- Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

6.6.1- Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.6.2- Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o subitem 6.10, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 7.

6.7- Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1- conter vícios insanáveis;

6.7.2- não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

6.7.3- apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4- não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5- apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

6.8- Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral (não definidos como serviços de engenharia), serão considerados indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1- A inexecução, na hipótese de que trata o subitem anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9- Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:

6.9.1- Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será contratação por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado.

6.9.2- Caso seja definido pela documentação que integra este Edital que o regime de execução será empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme documentação e planilha anexadas a este Edital.*

6.9.3- Serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, observado o disposto no subitem subsequente.

6.9.3.1- A inexecução, na hipótese de proposta cujo valor seja inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, só será considerada após diligência do pregoeiro, facultando ao licitante comprovar, no prazo assinalado pela Administração, a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, sob pena de desclassificação.

6.9.4- Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10- Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva ou predominância de mão de obra (sejam serviços em geral ou de engenharia), além das disposições acima, deverão ser observados os seguintes preceitos:

1.

2. 6.10.1- A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio de planilha de custos e formação de preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme modelo constante de Anexo deste Edital.

6.10.2- A apresentação de valores abaixo dos respectivos custos referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

6.10.3- A fim de assegurar o tratamento isonômico entre os licitantes, informa-se que foi(ram) utilizado(s) o(s) seguinte(s) acordo(s), dissídio(s) ou convenção(ões) coletiva(s) de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

6.10.3.1- O(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) indicado(s) no subitem acima não são de utilização obrigatória pelos fornecedores, tendo em vista que a definição do(s) sindicato(s) e instrumento(s) coletivo(s) adequado(s) a cada fornecedor depende do enquadramento sindical a ele aplicável nos termos da legislação vigente. Ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas aos quais o contratado estiver vinculado nos termos da legislação vigente.

6.10.4- É vedado ao licitante incluir na planilha de custos e formação de preços:

a) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade (art. 135, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) item relativo a despesas decorrentes de disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública (art.135, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).

6.10.5- A inclusão na proposta de item de custo vedado não acarretará a desclassificação do licitante, devendo o pregoeiro determinar que o respectivo custo seja excluído da planilha, observando-se o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.10.6- Na hipótese de contratação com a previsão de itens de custos vedados, tais valores serão glosados e os itens serão excluídos da planilha, garantidos ampla defesa e contraditório.

6.10.7- O licitante vencedor deverá indicar os sindicatos, acordo(s) coletivo(s), convenção(ões) coletiva(s) ou sentença(s) normativa(s) que regem a(s) categoria(s) profissional(is) que executará(ão) o serviço e a(s) respectiva(s) data(s)-base(s) e vigência(s), com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

6.10.8- Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

6.10.9- Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (sejam serviço sem geral ou de engenharia), cuja produtividade seja mensurável e indicada na documentação que integra este Edital, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.10.9.1- Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não esteja contida na faixa referencial de produtividade, mas seja admitida pelo Edital, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.10.9.2- Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.10.9.3- Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pelo licitante, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.11- Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

6.12- Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços ou outra espécie de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.12.1- Caso seja definido no item 1 que o objeto da licitação consiste em prestação de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, nos termos do disposto no § 5º do art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.13- Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.13.1- O ajuste de que trata o subitem anterior se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.13.2- Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14- Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15- Caso seja estabelecida a exigência de apresentação o de amostra(s) ou de execução de prova de conceito na documentação que integra este Edital como Anexo considerando o objeto da licitação, por ocasião do julgamento das propostas, será exigido do licitante classificado em primeiro lugar a sua realização, conforme procedimento disciplinado na documentação que integra este Edital como Anexo, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15.1- Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local, data e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s) ou para a execução da prova de conceito (em conformidade com a exigência estabelecida no Edital), cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15.2- Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.15.3- Caso se trate de exigência de apresentação de amostra(s), se não houver entregada(s) amostra(s) ou se ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou se houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.15.3.1- Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na documentação que integra este Edital como Anexo.

6.15.4- Caso se trate de exigência de execução de prova de conceito, não será aceita a proposta do licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas na documentação que integra este Edital como Anexo.

6.15.4.1- No caso de desclassificação do licitante, o pregoeiro convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na prova de conceito.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1- Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados na documentação que constitui Anexo deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1- A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2- Considerando que na presente licitação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto da licitação, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia, ou de apresentar declaração de conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, observando-se o disposto na documentação que integra este Edital como Anexo.

7.2- Se for permitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio no item 3, para efeito de habilitação técnica, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, caso exigida na documentação que integra este Edital como Anexo, será admitido o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3- Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

7.4- Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

7.5- Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).[A1]

7.6- Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7- O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8- A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.8.1- Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9- É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9.1- A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.10- A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.10.1- Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10.2- O disposto nos subitens 7.9.1 e 7.13 será excepcionado se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos subitens 7.1.1 e 7.3.

7.11- A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.11.1- Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.11.2- O disposto no subitem 7.10 será excepcionado se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, hipótese em que a verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos ocorrerá em relação a todos os licitantes, respeitada a exceção do subitem 7.10.1.

7.12- Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

7.12.1- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.12.2- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.13- Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.14- Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no subitem 7.16.1.

7.15- Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.16- A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (se admitida a participação de cooperativas no item 3) somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que item objeto desta licitação tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, no item 3.

7.16.1- Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições do subitem anterior deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

7.17- Caso seja definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecederá a fase de apresentação de propostas e lances, quando a fase de habilitação já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.18- A disciplina da adjudicação, da homologação e da contratação (esta última não aplicável a licitações para registro de preços) encontra-se no item 13 deste Edital.

8. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1- A disciplina deste item 8 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

9. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

9.1- A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

10. DOS RECURSOS

10.1- A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no *art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021*.

10.2- O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3- Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1- a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2- o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3- o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4- em exceção ao disposto no subitem 10.2, se for definido no subitem 3.1 que a fase de habilitação antecede a fase de apresentação de propostas e lances, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4- Os recursos deverão ser encaminhado sem campo próprio do sistema.

10.5- O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6- Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7- O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8- O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9- O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10- Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados *pelo meio eletrônico no site <https://sei.sp.gov.br>*.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1- Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou contratado que, com dolo ou culpa:

11.1.1- der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3- der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4- deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

11.1.5- Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

11.1.5.1- não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.5.2- recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.5.3- pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.5.4- deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

11.1.5.5- caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

11.1.6- não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1- recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

11.1.7- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8- apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.9- fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.10.1- agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2- induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.10.3- caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.11- praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.12- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2- Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1- advertência;

11.2.2- multa;

11.2.3- impedimento de licitar e contratar; e

11.2.4- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3- Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1- a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2- as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4- os danos que dela provier em para a Administração Pública;

11.3.5- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4- A sanção de multa será calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento, e aplicada após regular processo administrativo.

11.5- As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

11.6- Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7- A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no subitem 11.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.8- A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 11.1.2, 11.1.3, 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.9- A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 11.3.1, 11.3.2, 11.3.3, 11.3.4 e 11.3.5, bem como das infrações administrativas previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.2, 11.2.3, 11.2.4, 11.2.5, 11.2.6, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

11.10- A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação ou assinar a ata de registro de preços (caso o item 1 defina licitação para registro de preços) no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no subitem 11.2.7, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.11- A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do *art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021*, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.12- As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.13- Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no *art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021*.

11.14- Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no *art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021*.

11.15- O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.16- A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

11.17- Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (*art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021*).

11.18- Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na *Lei nº 12.846 de 2013*, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

11.19- A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na *Lei nº 14.133, de 2021*, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do *art. 160* do referido diploma legal.

11.20- Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (*art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021*).

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE

12.1- Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da *Lei nº 14.133, de 2021*, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2- A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): www.compras.gov.br.

12.3- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.3.1- A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

12.4- A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado no subitem subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.4.1- As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas *no sistema e no(s) endereço(s) eletrônico(s) na Internet*, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

12.5- Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

12.6- A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

12.7- A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1- Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1- Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

13.1.2- Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho.

13.1.2- O adjudicatário terá o prazo de 05(cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.3.1- O prazo para formalização da contratação previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

13.1.3.2- O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto no subitem acima importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

13.1.3.3- A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica o reconhecimento pelo adjudicatário:

13.1.3.3.1- de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.3.3.2- de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

13.1.3.3.3- de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

13.1.3.3.4- de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.3.3.5- dos direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.1.3.3.6- de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

13.1.4- Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.5- Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2- Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.3- Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

13.4- Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.5- A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.6- As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.7- Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

13.8- Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.9- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.10- No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

13.10.1- As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

13.10.2- O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.11- Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

13.12- O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

13.13- Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

13.14- Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

13.14.1- ANEXO I - Termo de Referência;

13.14.1.1 Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

13.14.2- ANEXO III – Resolução SAP 049/2024;

13.14.3- ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

13.14.4- ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Aprovo o presente Edital, para que surta seus efeitos legais e de direito.

FABIANO SOARES PINTO

Autoridade competente

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO I- TERMO DE REFERENCIA.pdf (188.52 KB)
- Anexo II - ANEXO I.1-ETP.pdf (185.82 KB)
- Anexo III - ANEXO II- RESOLUCAO_SAP_49.pdf (2.88 MB)
- Anexo IV - ANEXO III-MOD. DE PROPOSTA.pdf (334.73 KB)
- Anexo V - ANEXO IV- MOD. DECLARACOES.pdf (434.39 KB)

Anexo I - ANEXO I- TERMO DE REFERENCIA.pdf

Termo de Referência 48/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
48/2024	380217-ESP-PENIT. VALDIC JUNIO A. PRIMO - AVANHANDAV	FABIANO SOARES PINTO	04/07/2024 12:50 (v 10.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		SEI 006.00206721/2024-48

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de material de consumo para utilização na manutenção, reforma e conservação das instalações prediais nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 dias contados da emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

ITEM	UF	UNIDADE	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	ITEM BEC	ITEM COMPRAS. COM.BR
1	10	m3	4	Areia; Fina; Com Limite de Porcentagem de Mat. Nocivo Igual a 1,5%; C/limite de Porcentagem de Mat. Carbonosos Igual a 1%; C/limite de % de Mat. Pulverulentos Igual a 5%; a Areia Sera Fornecida C /nome do Produtor,vol.ap., Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio, Proveniente de Agua Doce;	314137	280968

2	10	m3	6	reia Grossa; Composto de Areia Natural; Peneira Abnt 2,4mm (5 a 40%), 1,2mm (30 a 70%), 0,6mm (66 a 85%), 0,3mm (80 a 95%),0,15mm(90 a 100%); Com Módulo de Finura 1,99; Com Limite de % de Torrões de Argila 1,5%; Com Limite de Material Carbonático 0,5% (concreto Apar.) e 1% (demais Concretos); Com Limite de Material Pulverulento Superficial de 3% e Demais Concretos de 5%; de Graos Minerais,duros,compactos,limpos e Duraveis; Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5803136	280969
3	536	Sc de 20kg	50	argamassa; Mistura de Cimento, Agregados Minerais e Aditivosquimicos; para Piso Sobre Piso Em Areas Internas; Cor Cinza; Classificacao Ac-ii; Embalada Em Saco;	5644631	327084
4	536	Sc de 20kg	110	Argamassa; Composição à Base de Cimento Portland, Agregados Minerais, Polímeros de Fixação, Aditivos Não-tóxico; para Fixação de Revestimentos Em Pisos Industriais, Com Tráfego Intenso, Porcelanato, Pisos Externos; Na Cor Cinza, Argamassa Colante, Aditivada, Tipo Aciii E; Validade de 180 Dias a Partir do Recebimento; Embalada Em Saco;	4603850	315173
5	189	Barra 12 Metro	10	Barra Macica Metais Ferrosos; de Aco Ca-50; No Formato Redondo; do Tipo Vergalhao; Medindo 1/4" (5mm); Devendo Ser Entregue Nervurada;	5061008	255612
6	189	Barra 12 Metro	30	Barra Macica Metais Ferrosos; de Aco Tipo Ca-50; No Formato Secao Circular (redonda); do Tipo Vergalhao; Medindo 5/16" de Diametro; Devendo Ser Entregue Com Acabamento Nervurado; para Ser Utilizada Em Conforme Norma Nbr/abnt 7480;	4941241	251607
7	32	milheiro	3	Bloco Ceramico de Vedacao; Medindo 9 x 19 x 19 Cm (largura x Altura x Comprimento); Tipo Bloco para Vedacao, Tipo Baiano; 08 Furos; Uso Em Construcão, Uso Revestido; Conforme Conforme Nbr15270-1;	3957845	351577
8	1	Unidade	1.000	Bloco de Concreto de Vedacao; Simples, Fabricado Com Cimento Portland, Pedriscoeareia Lavada, Isento de Substancias Organicas; Medindo (9 x 19 x 39)cm; Com 02 Furos; Resistencia Minima a Compressao de 2,5mpa;	6461972	609801

9	250	Rolo de 100m	10	Cabo Eletrico Pp; Em Fios de Cobre Eletrolitico, Tempera Mole; Com 2 Condutores; Com Secao Nominal: 1,50mm2; Classe Encordoamento: Flexivel; Tensao: 300/500v; Isolacao Em: Composto Termoplastico Polvinilico Tipo Pvc/d; Temperatura: 70 Graus Celsius; Condutores Nas Cores: Preta e Azul; Capa Em: Composto Termoplastico Polvinilico Tipo Pvc/st5; Na Cor: Preta; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Abnt Nbr Nm247-5; Formato Circular;	6301240	470420
10	250	Rolo de 100m	10	Cabo Eletrico Pp; de Cobre Eletrolitico, Tempera Mole; Com 6 Condutores; Com Secao Nominal: 2,50 mm2; Classe Encordoamento: Classe 5, Flexivel; Tensao: de Isolacao 450/750v; Isolacao Em: Policloreto de Vinila (pvc); Temperatura: 70°C Em Regime Permanente; Condutores Nas Cores: Preto, Branco,vermelho, Verde, Azul e Amarelo; Capa Em: Pvc; Na Cor: Preta; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Abnt Nbr Nm247-5; Nbr Nm-280;	6369251	341982
11	536	Sc de 20kg	100	Cal Hidratada; Composto de Calcarea Tipo Ch-1; Com Plasticidade Maior Ou Igual a 110; Especificacao de Acordo Com a Nbr 7175;	1218751	320919
12	580	Barra de 6m	12	Cantoneira de Abas Iguais; de Ferro; Medindo (3/4" x 3/4"), Com Espessura de 1/8"; para Ser Utilizada Em Serralheria;	5556872	375361
13	343	Sc de 50kg	180	Cimento Portland Composto (cp li-e); Composto de Escoria Granulada de Alto Forno; Com Resistencia de 32 Mpa; Faixa de Porcent. Em Peso de Clinquer+sulf.calcio 94-56%; e Faixa de Porcentagem Em Peso de Escoria de 6-34%; C/ Faixa de Porcentagem de Material Carbonatico de 0-10%; Embalagem Em Sacos de Papel Tipo "kraft"; Com Limite de Porcentagem de Residuo Insolavel Menor Ou Igual a 2,5%; Com Limite de Porcentagem de Perda Ao Fogo Menor Ou Igual a 6,5%; Com Limite de Porcentagem de Oxido de Magnésio Menor Ou Igual a 6,5%; Com Limite de Porcentagem de Trioxido de Enxofre Menor Ou Igual a 4%; Com Limite de Porcentagem de Anidrido Carbonico Menor Ou Igual a 5%; Com Limite de Tempo de Fim de Pega Menor Ou Igual a 10 Horas; Limite de Expansibilidade a Frio/quente Menor Ou	112011	327367

				Igual a 5 Mm; Limite de Tempo de Inicio de Pega Menor Ou Igual a 1 Hora; Normatizacao Conforme Nbr 11578, Eb 208, Mb-1153;		
14	225	Lata 18 lt	20	Massas e Complementos para Pintura de Edificacao; Revestimento Texturizado a Base de Resina Acrilica; Tipo Efeito Grafiato Cor Branca; Com Graos de Calcario para Formar Ranhuras, Espessantes e Outros Aditivos a Base de Água; Uso Interno/externo; Classificação Tipo Nbr 13245, 11702;	2970953	446959
15	10	m3	4	Pedra Britada; Numero 01, Fina; Pontiagudo; Que Passa Na Peneira 12,5 Mm e Fica Retida Na Peneira 4,75 Mm Nos Percentuais Da Nm 248; Peneira Utilizada Serie Intermediaria; para Utilizacao Na Fabricacao de Concreto; Conforme Nbr 7211 e Nm 248; Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio;	4714490	216957
16	580	Barra de 6m	8	Perfil U; de Aco Carbono, Viga u de Chapa Dobrada; Com Espessura de 1/8 Polegada; Com Dimensoes de 4 x 1.5/8 Polegadas; Devendo Ser Entregue Bruto;	5815088	481164
17	11	m2	350	Placas Ceramicas Esmaltadas; 32 Cm x 59 Cm; Absorção de Água Menor Ou Igual a 20%_com Expansao Por Umidade Menor Ou Igual a 0.6mm/m; Nível de Resistência Química Tipo A; Limpabilidade Classe 5; Dureza Mohs Maior Ou Igual a 15 N/mm2; Carga de Ruptura Mínima Maior Ou Igual a 600n; Branca; 1a. Qualidade; Conforme Nbr 13817, Nbr 13818; Revestimento para Parede de Uso Interno;	3113558	462793
18	11	m2	200	Placas Ceramicas Esmaltadas; Porcelanato Retificado, Medindo 60x60 Cm, Espessurade 9,5 Mm, Acetinado, Alto Trafego Junta de 2 Mm; Absorção de Água 0 a 0,5%; Resistencia a Abrasao Pei 5; Coeficiente de Atrito Maior Igual a 0,4; Nível de Resistência Química GI; Limpabilidade Classe 4; Dureza Mohs Maior Que 4; Carga de Ruptura Mínima Maior Igual a 130; Na Cor Cinza; de Primeira Qualidade; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes; para Uso Interno;	6260322	600729
				Luminaria de Led; Refletor de Led de Aluminio e Lente de Vidro Blindado; Formato Retangular;		

19	1	Unidade	50	Medindo Aproximadamente 310 x 281 x 43 Mm (cxlxp); Moldura/carcaca Na Cor Preta; Potencia de 200w; Bivolt; Fluxo Luminoso 15.000 Lm; Temperatura Da Cor 6.500k (branco Frio) Com Luz Deled Branca; Fator de Potencia Maior Que 0,80; Grau de Protecao Ip 65; Vida Util 25000 Horas; Blindado (resistente a Agua); Garantia Minima de 03 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6409644	473078
20	508	Sc de 5kg	35	Rejunte; de Cimento, Agregados Minerais, Pigmentos Inorganicos, Polimeros e Aditivos; Tipo Ii, Resistência à Flexão Min 3 Mpa, Resistência à Compressão Minima de 10 Mpa.; Na Cor Bege, Densidade Aparente de Aproximadamente 1,5 G /cm³; para Absorver Dilatacoes Termicas, Juntas de 2 a 10 Mm; Embalado Em Saco Plastico; Conforme Nbr 14992;	4332075	466764
21	1	Unidade	80	Telha de Fibrocimento; Ondulada; Largura: 1,10m; Passo: 177mm; Comprimento: 3,05m; Espessura: 6mm; Sem Amianto; Conforme: Normas Nbr/abnt Vigentes;	6357008	248912
22	32	milheiro	1	Tijolo Macico Ceramico para Alvenaria; 210 x 100 x 50 Mm (comprimento x Largura x Altura); Categoria Categoria Tipo Tijolo Aparente, Na Cor Vermelha, Categoria B; Conforme Nbr 7170;	4702026	447914
23	1	Unidade	80	Telha; de Telha de Zinco Galvanizado Ondulada; Tipo Onda Baixa; Medindo 6,00 x 1.100 x 0,43mm;	3055752	611390
24	1	Unidade	400	Parafuso para Telhas; de Aco Baixo Carbono, Cementado e Temperado; Galvanizado; Autobrocante; Sextavada; Diametro de (1/4" x 3/4"); Comprimento de 20mm;	5476879	300354
25	1	Unidade	40	Cabo para Ferramenta; Em Madeira; para Enxada; Medindo 1,25 m de Comprimento;	613762	265484
26	1	Unidade	12	Cabo para Ferramenta; Picareta; Em Madeira; Medindo 40mm de Diam. x 80cm de Comprimento;	928950	450325
27	1	Unidade	20	Ancinho; Em Aco Carbono,pintura Eletrostatia a Po; Com Tamanho 16 Dentes; Com Cabo de Madeira, medindo Aproximadamente 120 Cm;	6360130	213884

28	1	Unidade	5	Martelo; Tipo Unha; Pesando Aproximadamente 750g; Diâmetro Aproximado Da Cabeça de 27mm; Cabeça de Aço Forjado e Cabo Em Fibras de Vidro;	6357466	341793
29	1	Unidade	5	Torques; de Aço Forjado e Temperado; Medindo 14"; Com Acabamento Pintado; Mandíbula Afiada;	1021737	472135
30	1	Unidade	10	Pa; Aço Pintado, Saco Coração, para Jardinagem; de 40 Cm, Cabo de Madeira, Com 1 (uma) Ponta;	5459273	483248
31	1	Unidade	5	Vanga; Com Lâmina Em Aço, Corte Reta; Medindo 220 x 310 Mm; Com Cabo de Madeira;	500690	249585
32	1	Unidade	50	Lâmina de Serra Manual; Em Aço Rápido, Rígido; Lâmina de Serra Semi-rígida, inquebrável Durante Ouso e a Prova de Estilhaçamento; Medindo (c x l x E) 300mm (12") 18t;	6228313	614519
33	1	Unidade	3	Bacia Sanitária; de Louça; Com Abertura Frontal para Portadores de Necessidades Especiais (pne); No Formato Oval, Com Assento; Medindo (430x360x630)mm=(axlpx), Altura Bacia+caixa de 758mm; Na Cor Branca; Com Saída Vertical, Sifão Oculto; Fabricado de acordo Com a Norma Nbr /abnt e Legislação Vigentes;	4875397	452039
34	1	Unidade	20	Trena; de Fita de Aço; Trena de Extensão, graduação Em Mm, Cm e M; 5m, largura: 12,5mm a 13mm; Acondicionada Em Caixa Plástica(ABS), freio Auxiliar, sistema Amortecedor de Impacto;	6327001	393216
35	1	Unidade	120	Cadeado; Corpo de Latão Maciço; Largura Mínima de 50 Mm; Altura Mínima de 45 Mm; Espessura Mínima de 20 Mm; Haste de Aço Cementada e Cromada; Altura Mínima de 45 Mm; Distância Mínima Entre As Hastes de 27 Mm; Espessura Mínima de 8 Mm; Com 16 Pinos; Chave Tetra; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	3914119	236534
36	580	Barra de 6m	5	Tubo; de Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 50mm; Conexão Soldável; Na Cor Marrom; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5051975	214734

37	580	Barra de 6m	5	ubo; de Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 50mm; Linha Fixa, Com Ponta e Bolsa Soldavel; Branco; Conforme Normas Nbr / Abnt Vigentes;	6092683	265193
38	580	Barra de 6m	5	Tubo; de Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 100mm; Conexão Soldavel; Na Cor Branca; Conforme Norma Nbr 5688;	5064872	233164
39	580	Barra de 6m	5	Luva; Simples; Em Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 100mm (4"); Conexão Soldavel; Na Cor Branca; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5159105	240472
40	355	Barra de 3m	20	Tubo; de Pvc; Diâmetro Nominal de 3/4", Espessura Da Parede de 2,6mm; Na Cor Marrom;	5803098	330325
41	1	Unidade	20	Conexão Te; para Ser Usada Em Esgoto Predial; Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 50mm; Tipo de Conexão Sem Rosca; Na Cor Na Cor Branca; Fabricação Conforme Nbr 5688;	5948193	271399
42	1	Unidade	20	Conexão Te; Simples; de Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 25mm; Conexão Soldavel; Na Cor Marrom; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5056160	261828
43	1	Unidade	20	Conexão Te; Simples; de Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 40mm; Conexão Soldavel; Na Cor Branca; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5056152	271398
44	1	Unidade	20	Conexão Te; Simples; de Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 50mm; Conexão Soldavel; Na Cor Marrom; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5083842	613557
45	1	Unidade	20	Cotovelo para Tubulação; Em Pvc Rígido; Na Cor Marrom; Diâmetro Nominal 3/4 Polegadas x 90 Graus; Diâmetro Externo 25 Mm; Conexão Bolsa Soldavel; Pressão de Serviço 7,5 Kgf/cm2 (75 M.c.a.); Conforme Norma Nbr 5648;	5243270	253656
46	11	Metro quadrado	120	Revestimento Cerâmico; Azulejo; No Formato Retangular, Medindo (57x33)cm; Com Espessura de 6,0mm; Absorção de Água Grupo b Iii; Carga de Ruptura Classe de Atrito I; Resistência a Abrasão Classe Pei 3; Resistência a Manchar Classe 3;		

				Resistencia Quimica Gb/glb; Acabamento Liso; Cor Branca; Indicado para Banheiros, Cozinhas e Piscinas; Conforme Norma Nbr/abnt Vigentes;	5119898	462793
47	11	Metro quadrado	100	Placas Ceramicas Nao Esmaltadas; Medindo (240x116)mm, Com 9mm de Espessura; Absorcao de Agua de 0,5 a 3,0%; Resistencia a Abrasao Pei 5; Coeficiente de Atrito Maior Ou Igual a 0,40; Resistencia Quimica Ua Ate Uha; Limpabilidade Classe 5; Dureza Mohs Maior Ou Igual a 7; Carga de Ruptura Maior Ou Igual a 1100n; Aspecto Superficial de Primeira Qualidade; Na Cor Bege Ral 1001; Indicada para Cozinhas Industriais; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes; Extrudada Natural, Antiderrapante;	5634288	327453

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto desta contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual devidamente amparado por Decreto Estadual 67.689 de 3 de maio de 2023.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Critérios de Sustentabilidade: Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Conforme manifestação da GERÊNCIA DE RESÍDUOS DO INC - COAD/INC no SEI (0015615151), a contratada deve atender, quando couber, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

Art. 5º: “Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL”: que os bens

sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR -15448-1 e 15448-2; que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares; Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União Modelo de Aquisições — Atualização: maio/2023 Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação 4 de 18 que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).”

4.1.2 A Contratada deve atender, quando aplicável, as disposições normativas de caráter ambiental presentes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP, como o registro no Cadastro Técnico Federal – CTF, pois os bens a serem adquiridos, estão enquadrados na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, de 23 de agosto de 2021, Anexo I, como atividades potencialmentepoluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Obrigando pessoas jurídicas que exerçam essas atividades que possuam inscrição no CTF/APP.

4.1.3 A Contratada, na qualidade de produtora, comerciante ou importadora deverá obrigatoriamente adotar a Logística Reversa, quando couber, conforme a Lei 12.305/2010, Art. 33, quando da obsolescência destes insumos.

"Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso peloconsumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes,importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV -óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI -produtos eletroeletrônicos e seus componentes”.

4.1.4 Os Critérios Ambientais não serão utilizados como mecanismo de desempate.

4.1.5 Seguir como legislação norteadora o GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS da Advocacia Geral da União - AGU/CGU, a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Art. 5º), bem como as disposições normativas de caráter ambiental presentes no Guia Prático de Licitações Sustentáveis da CJU/SP, como o registro no Cadastro Técnico Federal – CTF.

4.2 Indicação de marcas ou modelos

4.2.1 Não há indicação de marca ou modelo.

4.3 Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3.1 Não há vedação de marca ou produto.

4.4. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.5 Da subcontratação

4.5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.6 Da Garantia da Contratação4.6.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, conforme justificado pela Alta Administração do Instituto, na forma do Despacho Referencial INC 0034647336 .

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.6.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

6.8. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.9. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos **provisoriamente**, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento **definitivo** ocorrerá no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado. Nota Explicativa: Inserir o subitem 6.12 se for o caso para inclusão de rotinas de fiscalização específicas para atender às peculiaridades do objeto contratado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 15 (quinze) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação.

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.11. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

8.12. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 128.056,27

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 128.056,27 (cento e vinte e oito mil, cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos)** estimada com aferição da quantidade solicitada e média de preços do sítio COMPRAS.GOV.BR, conforme custos unitários apostos na [tabela abaixo].

ITEM	UF	UNIDADE	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	ITEM COMPRAS. COM.BR	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	10	m3	4	Areia; Fina; Com Limite de Porcentagem de Mat. Nocivo Igual a 1,5%; C/limite de Porcentagem de Mat. Carbonosos Igual a 1%; C/limite de % de Mat. Pulverulentos Igual a 5%; a Areia Sera Fornecida C/nome do Produtor,vol.ap., Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio, Proveniente de Agua Doce;	280968	R\$ 121,30	R\$ 485,22
2	10	m3	6	Areia Grossa; Composto de Areia Natural; Peneira Abnt 2,4mm (5 a 40%), 1,2mm (30 a 70%), 0,6mm (66 a 85%), 0,3mm (80 a 95%),0,15mm (90 a 100%); Com Módulo de Finura 1,99; Com Limite de % de Torrões de Argila 1,5%; Com Limite de Material Carbonático 0,5% (concreto Apar.) e 1% (demais Concretos); Com Limite de Material Pulverulento Superficial de 3% e Demais Concretos de 5%; de Graos Minerais, duros,compactos,limpos e Duraveis; Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio; Conforme Normas Nbr /abnt Vigentes;	280969	R\$ 120,95	R\$ 725,70

3	536	Sc de 20kg	50	Argamassa; Mistura de Cimento, Agregados Minerais e Aditivos químicos; para Piso Sobre Piso Em Areas Internas; Cor Cinza; Classificacao Ac-ii; Embalada Em Saco;	327084	R\$ 23,00	R\$ 1.150,00
4	536	Sc de 20kg	110	Argamassa; Composição à Base de Cimento Portland, Agregados Minerais, Polímeros de Fixação, Aditivos Não-tóxico; para Fixação de Revestimentos Em Pisos Industriais, Com Tráfego Intenso, Porcelanato, Pisos Externos; Na Cor Cinza, Argamassa Colante, Aditivada, Tipo Aciii E; Validade de 180 Dias a Partir do Recebimento; Embalada Em Saco;	315173	R\$ 36,00	R\$ 3.960,00
5	189	Barra 12 Metro	10	Barra Macica Metais Ferrosos; de Aco Ca-50; No Formato Redondo; do Tipo Vergalhao; Medindo 1/4" (5mm); Devendo Ser Entregue Nervurada;	255612	R\$ 26,58	R\$ 265,80
6	189	Barra 12 Metro	30	Barra Macica Metais Ferrosos; de Aco Tipo Ca-50; No Formato Secao Circular (redonda); do Tipo Vergalhao; Medindo 5/16" de Diametro; Devendo Ser Entregue Com Acabamento Nervurado; para Ser Utilizada Em Conforme Norma Nbr/abnt 7480;	251607	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
7	32	milheiro	3	Bloco Ceramico de Vedacao; Medindo 9 x 19 x 19 Cm (largura x Altura x Comprimento); Tipo Bloco para Vedacao, Tipo Baiano; 08 Furos; Uso Em Construcão, Uso Revestido; Conforme Conforme Nbr15270-1;	351577	R\$ 1.208,00	R\$ 3.624,00
8	1	Unidade	1.000	Bloco de Concreto de Vedacao; Simples, Fabricado Com Cimento Portland, Pedriscoeareia Lavada, Isento de Substancias Organicas;	609801	R\$ 4,01	R\$ 4.010,00

				Medindo (9 x 19 x 39)cm; Com 02 Furos; Resistencia Minima a Compressao de 2,5mpa;			
9	250	Rolo de 100m	10	Cabo Eletrico Pp; Em Fios de Cobre Eletrolitico, Tempera Mole; Com 2 Condutores; Com Secao Nominal: 1,50mm2; Classe Encordoamento: Flexivel; Tensao: 300/500v; Isolacao Em: Composto Termoplastico Polvinilico Tipo Pvc/d; Temperatura: 70 Graus Celsius; Condutores Nas Cores: Preta e Azul; Capa Em: Composto Termoplastico Polvinilico Tipo Pvc/st5; Na Cor: Preta; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Abnt Nbr Nm247-5; Formato Circular;	470420	R\$ 226,41	R\$ 2.264,10
10	250	Rolo de 100m	10	Cabo Eletrico Pp; de Cobre Eletrolitico, Tempera Mole; Com 6 Condutores; Com Secao Nominal: 2,50mm2; Classe Encordoamento: Classe 5, Flexivel; Tensao: de Isolacao 450/750v; Isolacao Em: Policloreto de Vinila (pvc); Temperatura: 70°C Em Regime Permanente; Condutores Nas Cores: Preto, Branco,vermelho, Verde, Azul e Amarelo; Capa Em: Pvc; Na Cor: Preta; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Abnt Nbr Nm247-5; Nbr Nm-280;	341982	R\$ 377,00	R\$ 3.770,00
11	536	Sc de 20kg	100	Cal Hidratada; Composto de Calcareo Tipo Ch-1; Com Plasticidade Maior Ou Igual a 110; Especificacao de Acordo Com a Nbr 7175;	320919	R\$ 20,37	R\$ 2.037,50
12	580	Barra de 6m	12	Cantoneira de Abas Iguais; de Ferro; Medindo (3/4" x 3/4"), Com Espessura de 1/8"; para Ser Utilizada Em Serralheria;	375361	R\$ 50,21	R\$ 602,52
				Cimento Portland Composto (cp li-e); Composto de Escoria Granulada de Alto Forno; Com Resistencia de 32 Mpa; Faixa de Porcent. Em Peso de			

13	343	Sc de 50kg	180	Clinker+sulf.calcio 94-56%; e Faixa de Porcentagem Em Peso de Escoria de 6-34%; C/ Faixa de Porcentagem de Material Carbonatico de 0-10%; Embalagem Em Sacos de Papel Tipo "kraft"; Com Limite de Porcentagem de Residuo Insoluvél Menor Ou Igual a 2,5%; Com Limite de Porcentagem de Perda Ao Fogo Menor Ou Igual a 6,5%; Com Limite de Porcentagem de Oxido de Magnésio Menor Ou Igual a 6,5%; Com Limite de Porcentagem de Trióxido de Enxofre Menor Ou Igual a 4%; Com Limite de Porcentagem de Anidrido Carbonico Menor Ou Igual a 5%; Com Limite de Tempo de Fim de Pega Menor Ou Igual a 10 Horas; Limite de Expansibilidade a Frio/quente Menor Ou Igual a 5 Mm; Limite de Tempo de Inicio de Pega Menor Ou Igual a 1 Hora; Normatizacao Conforme Nbr 11578, Eb 208, Mb-1153;	327367	R\$ 36,00	R\$ 6.480,00
14	225	Lata 18 lt	20	Massas e Complementos para Pintura de Edificacao; Revestimento Texturizado a Base de Resina Acrilica; Tipo Efeito Grafiato Cor Branca; Com Graos de Calcario para Formar Ranhuras, Espessantes e Outros Aditivos a Base de Água; Uso Interno/externo; Classificação Tipo Nbr 13245, 11702;	446959	R\$ 129,57	R\$ 2.591,40
15	10	m3	4	Pedra Britada; Numero 01, Fina; Pontiagudo; Que Passa Na Peneira 12,5 Mm e Fica Retida Na Peneira 4,75 Mm Nos Percentuais Da Nm 248; Peneira Utilizada Serie Intermediaria; para Utilizacao Na Fabricacao de Concreto; Conforme Nbr 7211 e Nm 248; Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio;	216957	R\$ 134,85	R\$ 539,40
16	580	Barra de 6m	8	Perfil U; de Aco Carbono, Viga u de Chapa Dobrada; Com Espessura de	481164	R\$ 293,33	R\$ 2.346,64

				1/8 Polegada; Com Dimensoes de 4 x 1.5/8 Polegadas; Devendo Ser Entregue Bruto;			
17	11	m2	350	Placas Ceramicas Esmaltadas; 32 Cm x 59 Cm; Absorção de Água Menor Ou Igual a 20%_com Expansao Por Umidade Menor Ou Igual a 0.6mm/m; Nível de Resistência Química Tipo A; Limpabilidade Classe 5; Dureza Mohs Maior Ou Igual a 15 N/mm2; Carga de Ruptura Mínima Maior Ou Igual a 600n; Branca; 1a. Qualidade; Conforme Nbr 13817, Nbr 13818; Revestimento para Parede de Uso Interno;	462793	R\$ 38,00	R\$ 13.300,00
18	11	m2	200	Placas Ceramicas Esmaltadas; Porcelanato Retificado, Medindo 60x60 Cm, Espessurade 9,5 Mm, Acetinado, Alto Trafego Junta de 2 Mm; Absorção de Água 0 a 0,5%; Resistencia a Abrasao Pei 5; Coeficiente de Atrito Maior Igual a 0,4; Nível de Resistência Química Gl; Limpabilidade Classe 4; Dureza Mohs Maior Que 4; Carga de Ruptura Mínima Maior Igual a 130; Na Cor Cinza; de Primeira Qualidade; Conforme Normas Nbr /abnt Vigentes; para Uso Interno;	600729	R\$ 35,00	R\$ 7.000,00
19	1	Unidade	50	Luminaria de Led; Refletor de Led de Aluminio e Lente de Vidro Blindado; Formato Retangular; Medindo Aproximadamente 310 x 281 x 43 Mm (cxlxp); Moldura/carcaca Na Cor Preta; Potencia de 200w; Bivolt; Fluxo Luminoso 15.000 Lm; Temperatura Da Cor 6.500k (branco Frio) Com Luz Deled Branca; Fator de Potencia Maior Que 0,80; Grau de Protecao Ip 65; Vida Util 25000 Horas; Blindado (resistente a Agua); Garantia Minima de 03 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	473078	R\$ 92,43	R\$ 4.621,50

20	508	Sc de 5kg	35	Rejunte; de Cimento, Agregados Minerais, Pigmentos Inorganicos, Polimeros e Aditivos; Tipo li, Resistência à Flexão Min 3 Mpa, Resistência à Compressão Mínima de 10 Mpa,; Na Cor Bege, Densidade Aparente de Aproximadamente 1,5 G/cm³; para Absorver Dilatações Termicas, Juntas de 2 a 10 Mm; Embalado Em Saco Plastico; Conforme Nbr 14992;	466764	R\$ 20,47	R\$ 716,45
21	1	Unidade	80	Telha de Fibrocimento; Ondulada; Largura: 1,10m; Passo: 177mm; Comprimento: 3,05m; Espessura: 6mm; Sem Amianto; Conforme: Normas Nbr/abnt Vigentes;	248912	R\$ 84,15	R\$ 6.732,00
22	32	milheiro	1	Tijolo Macico Ceramico para Alvenaria; 210 x 100 x 50 Mm (comprimento x Largura x Altura); Categoria Categoria Tipo Tijolo Aparente, Na Cor Vermelha, Categoria B; Conforme Nbr 7170;	447914	R\$ 822,50	R\$ 822,50
23	1	Unidade	80	Telha; de Telha de Zinco Galvanizado Ondulada; Tipo Onda Baixa; Medindo 6,00 x 1.100 x 0,43 mm;	611390	R\$ 233,21	R\$ 18.656,80
24	1	Unidade	400	Parafuso para Telhas; de Aço Baixo Carbono, Cementado e Temperado; Galvanizado; Autobrocante; Sextavada; Diâmetro de (1/4" x 3/4"); Comprimento de 20mm;	300354	R\$ 2,91	R\$ 1.164,00
25	1	Unidade	40	Cabo para Ferramenta; Em Madeira; para Enxada; Medindo 1,25 m de Comprimento;	265484	R\$ 17,26	R\$ 690,40
26	1	Unidade	12	Cabo para Ferramenta; Picareta; Em Madeira; Medindo 40mm de Diam. x 80cm de Comprimento;	450325	R\$ 18,52	R\$ 222,30

27	1	Unidade	20	Ancinho; Em Aço Carbono, pintura Eletrostatia a Po; Com Tamanho 16 Dentes; Com Cabo de Madeira, medindo Aproximadamente 120 Cm;	213884	R\$ 30,00	R\$ 600,00
28	1	Unidade	5	Martelo; Tipo Unha; Pesando Aproximadamente 750g; Diâmetro Aproximado Da Cabeça de 27mm; Cabeça de Aço Forjado e Cabo Em Fibras de Vidro;	341793	R\$ 30,00	R\$ 150,00
29	1	Unidade	5	Torques; de Aço Forjado e Temperado; Medindo 14"; Com Acabamento Pintado; Mandíbula Afiação;	472135	R\$ 62,45	R\$ 312,25
30	1	Unidade	10	Pa; Aço Pintado, Saco Coração, para Jardinagem; de 40 Cm, Cabo de Madeira, Com 1 (uma) Ponta;	483248	R\$ 38,00	R\$ 380,00
31	1	Unidade	5	Vanga; Com Lâmina Em Aço, Corte Reta; Medindo 220 x 310 Mm; Com Cabo de Madeira;	249585	R\$ 35,72	R\$ 178,60
32	1	Unidade	50	Lâmina de Serra Manual; Em Aço Rápido, Rígido; Lâmina de Serra Semi-rígida, inquebrável Durante Uso e à Prova de Estilhaçamento; Medindo (C x L x E) 300mm (12") 18t;	614519	R\$ 9,58	R\$ 479,00
33	1	Unidade	3	Bacia Sanitária; de Louça; Com Abertura Frontal para Portadores de Necessidades Especiais (pne); No Formato Oval, Com Assento; Medindo (430x360x630)mm=(axlxp), Altura Bacia+caixa de 758mm; Na Cor Branca; Com Saída Vertical, Sifão Oculto; Fabricado de acordo Com a Norma Nbr/abnt e Legislação Vigentes;	452039	R\$ 445,69	R\$ 1.337,08
34	1	Unidade	20	Trena; de Fita de Aço; Trena de Extensão, graduação Em Mm, Cm e M; 5m, largura: 12,5mm a 13mm;	393216	R\$ 20,75	R\$ 415,00

				Acondicionada Em Caixa Plastica (abs),freio Auxiliare ,sistema Amortecedor de Impacto;			
35	1	Unidade	120	Cadeado; Corpo de Latao Macico; Largura Minima de 50 Mm; Altura Minima de 45 Mm; Espessura Minima de 20 Mm; Haste de Aco Cementada e Cromada; Altura Minima de 45 Mm; Distancia Minima Entre As Hastes de 27 Mm; Espessura Minima de 8 Mm; Com 16 Pinos; Chave Tetra; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	236534	R\$ 117,90	R\$ 14.148,00
36	580	Barra de 6m	5	Tubo; de Pvc Rigido; Diametro Nominal de 50mm; Conexao Soldavel; Na Cor Marrom; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	214734	R\$ 58,39	R\$ 291,95
37	580	Barra de 6m	5	ubo; de Pvc Rigido; Diametro Nominal de 50mm; Linha Fixa, Com Ponta e Bolsa Soldavel; Branco; Conforme Normas Nbr / Abnt Vigentes;	265193	R\$ 42,94	R\$ 214,70
38	580	Barra de 6m	5	Tubo; de Pvc Rigido; Diametro Nominal de 100mm; Conexao Soldavel; Na Cor Branca; Conforme Norma Nbr 5688;	233164	R\$ 55,00	R\$ 275,00
39	580	Barra de 6m	5	Luva; Simples; Em Pvc Rigido; Diametro Nominal de 100mm (4"); Conexao Soldavel; Na Cor Branca; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	240472	R\$ 28,00	R\$ 140,00
40	355	Barra de 3m	20	Tubo; de Pvc; Diametro Nominal de 3 /4", Espessura Da Parede de 2,6 mm; Na Cor Marrom;	330325	R\$ 17,25	R\$ 345,00
41	1	Unidade	20	Conexao Te; para Ser Usada Em Esgoto Predial; Pvc Rigido; Diametro Nominal de 50mm; Tipo de Conexao Sem Rosca; Na Cor Na Cor Branca; Fabricacao Conforme Nbr 5688;	271399	R\$ 8,41	R\$ 168,37

42	1	Unidade	20	Conexao Te; Simples; de Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 25mm; Conexao Soldavel; Na Cor Marrom; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	261828	R\$ 11,29	R\$ 225,80
43	1	Unidade	20	Conexao Te; Simples; de Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 40mm; Conexao Soldavel; Na Cor Branca; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	271398	R\$ 3,37	R\$ 67,50
44	1	Unidade	20	Conexao Te; Simples; de Pvc Rígido; Diâmetro Nominal de 50mm; Conexao Soldavel; Na Cor Marrom; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	613557	R\$ 10,79	R\$ 215,80
45	1	Unidade	20	Cotovelo para Tubulacao; Em Pvc Rígido; Na Cor Marrom; Diâmetro Nominal 3/4 Polegadas x 90 Graus; Diâmetro Externo 25 Mm; Conexao Bolsa Soldavel; Pressao de Servico 7,5 Kgf/cm2 (75 M.c.a.); Conforme Norma Nbr 5648;	253656	R\$ 11,20	R\$ 224,00
46	11	Metro quadrado	120	Revestimento Ceramico; Azulejo; No Formato Retangular, Medindo (57x33)cm; Com Espessura de 6,0 mm; Absorção de Água Grupo b Iii; Carga de Ruptura Classe de Atrito I; Resistencia a Abrasao Classe Pei 3; Resistencia a Manchamento Classe 3; Resistencia Quimica Gb/glb; Acabamento Liso; Cor Branca; Indicado para Banheiros, Cozinhas e Piscinas; Conforme Norma Nbr/abnt Vigentes;	462793	R\$ 38,00	R\$ 4.560,00
47	11	Metro quadrado	100	Placas Ceramicas Nao Esmaltadas; Medindo (240x116)mm, Com 9mm de Espessura; Absorcao de Agua de 0,5 a 3,0%; Resistencia a Abrasao Pei 5; Coeficiente de Atrito Maior Ou Igual a 0,40; Resistencia Quimica Ua Ate Uha; Limpabilidade Classe 5; Dureza Mohs Maior Ou Igual a 7; Carga de Ruptura Maior Ou Igual a 1100n; Aspecto Superficial de Primeira Qualidade; Na Cor Bege		R\$ 133,50	R\$ 13.350,00

			Ral 1001; Indicada para Cozinhas Industriais; Conforme Normas Nbr /abnt Vigentes; Extrudada Natural, Antiderrapante;	327453	
				VALOR TOTAL	R\$128.056,28

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Anual da Contratante.
- 10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/Unidade: 380217 - Penitenciária "**Valdic Junio Alves Primo**" de Avanhandava;
- II) Fonte de Recursos: 150010001;
- III) Programa de Trabalho: 14.421.3815.6139.0000;
- IV) Elemento de Despesa: 339030; PRes 380604
- 10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Elaboro o presente termo para que surta seus efeitos legais e de direito.

MARCELO LEANDRO AUGUSTO SILVA

Equipe de apoio

Despacho: Aprovo o presente termo de referência.

FABIANO SOARES PINTO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 04/07/2024 às 12:46:53.

Anexo II - ANEXO I.1-ETP.pdf

Estudo Técnico Preliminar 35/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00206721/2024-48

2. Descrição da necessidade

Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS para atender o almoxarifado desta unidade prisional e repor o estoque de material.

A aquisição dos itens visa atender as necessidades desta Unidade Prisional, em especial na manutenção, conservação e reforma das instalações.

Os itens planejados para aquisição são:

ITEM	UF	UNIDADE	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	ITEM BEC	ITEM COMPRAS. COM.BR
1	10	m3	4	Areia; Fina; Com Limite de Porcentagem de Mat. Nocivo Igual a 1,5%; C/limite de Porcentagem de Mat. Carbonosos Igual a 1%; C/limite de % de Mat. Pulverulentos Igual a 5%; a Areia Sera Fornecida C /nome do Produtor,vol.ap., Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio, Proveniente de Agua Doce;	314137	280968
2	10	m3	6	reia Grossa; Composto de Areia Natural; Peneira Abnt 2,4mm (5 a 40%), 1,2mm (30 a 70%), 0,6mm (66 a 85%), 0,3mm (80 a 95%),0,15mm(90 a 100%); Com Módulo de Finura 1,99; Com Limite de % de Torrões de Argila 1,5%; Com Limite de Material Carbonático 0,5% (concreto Apar.) e 1% (demais Concretos); Com Limite de Material Pulverulento Superficial de 3% e Demais Concretos de 5%; de Graos Minerais,duros,compactos,limpos e Duraveis; Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio; Conforme Normas Nobr/abnt Vigentes;	5803136	280969
3	536	Sc de 20kg	50	rgamassa; Mistura de Cimento, Agregados Minerais e Aditivosquimicos; para Piso Sobre Piso Em Areas Internas; Cor Cinza; Classificacao Ac-ii; Embalada Em Saco;	5644631	327084

4	536	Sc de 20kg	110	Argamassa; Composição à Base de Cimento Portland, Agregados Minerais, Polímeros de Fixação, Aditivos Não-tóxico; para Fixação de Revestimentos Em Pisos Industriais, Com Tráfego Intenso, Porcelanato, Pisos Externos; Na Cor Cinza, Argamassa Colante, Aditivada, Tipo Aciii E; Validade de 180 Dias a Partir do Recebimento; Embalada Em Saco;	4603850	315173
5	189	Barra 12 Metro	10	Barra Macica Metais Ferrosos; de Aço Ca-50; No Formato Redondo; do Tipo Vergalhão; Medindo 1/4" (5mm); Devendo Ser Entregue Nervurada;	5061008	255612
6	189	Barra 12 Metro	30	Barra Macica Metais Ferrosos; de Aço Tipo Ca-50; No Formato Secao Circular (redonda); do Tipo Vergalhão; Medindo 5/16" de Diâmetro; Devendo Ser Entregue Com Acabamento Nervurado; para Ser Utilizada Em Conforme Norma Nbr/abnt 7480;	4941241	251607
7	32	milheiro	3	Bloco Cerâmico de Vedação; Medindo 9 x 19 x 19 Cm (largura x Altura x Comprimento); Tipo Bloco para Vedação, Tipo Baiano; 08 Furos; Uso Em Construção, Uso Revestido; Conforme Nbr15270-1;	3957845	351577
8	1	Unidade	1.000	Bloco de Concreto de Vedação; Simples, Fabricado Com Cimento Portland, Pedriscoeareia Lavada, Isento de Substâncias Orgânicas; Medindo (9 x 19 x 39)cm; Com 02 Furos; Resistência Mínima a Compressão de 2,5mpa;	6461972	609801
9	250	Rolo de 100m	10	Cabo Elétrico Pp; Em Fios de Cobre Eletrolítico, Tempera Mole; Com 2 Condutores; Com Secao Nominal: 1,50mm ² ; Classe Encordoamento: Flexível; Tensão: 300/500v; Isolacao Em: Composto Termoplastico Polvinilico Tipo Pvc/d; Temperatura: 70 Graus Celsius; Condutores Nas Cores: Preta e Azul; Capa Em: Composto Termoplastico Polvinilico Tipo Pvc/st5; Na Cor: Preta; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Abnt Nbr Nm247-5; Formato Circular;	6301240	470420
				Cabo Elétrico Pp; de Cobre Eletrolítico, Tempera Mole; Com 6 Condutores; Com Secao Nominal: 2,50 mm ² ; Classe Encordoamento: Classe 5, Flexível; Tensão: de Isolacao 450/750v; Isolacao Em:		

10	250	Rolo de 100m	10	Policloreto de Vinila (pvc); Temperatura: 70°C Em Regime Permanente; Condutores Nas Cores: Preto, Branco,vermelho, Verde, Azul e Amarelo; Capa Em: Pvc; Na Cor: Preta; Com Certificacao Compulsoria Inmetro e Abnt Nbr Nm247-5; Nbr Nm-280;	6369251	341982
11	536	Sc de 20kg	100	Cal Hidratada; Composto de Calcareo Tipo Ch-1; Com Plasticidade Maior Ou Igual a 110; Especificacao de Acordo Com a Nbr 7175;	1218751	320919
12	580	Barra de 6m	12	Cantoneira de Abas Iguais; de Ferro; Medindo (3/4" x 3/4"), Com Espessura de 1/8"; para Ser Utilizada Em Serralheria;	5556872	375361
13	343	Sc de 50kg	180	Cimento Portland Composto (cp li-e); Composto de Escoria Granulada de Alto Forno; Com Resistencia de 32 Mpa; Faixa de Porcent. Em Peso de Clinquer+sulf.calcio 94-56%; e Faixa de Porcentagem Em Peso de Escoria de 6-34%; C/ Faixa de Porcentagem de Material Carbonatico de 0-10%; Embalagem Em Sacos de Papel Tipo "kraft"; Com Limite de Porcentagem de Residuo Insolavel Menor Ou Igual a 2,5%; Com Limite de Porcentagem de Perda Ao Fogo Menor Ou Igual a 6,5%; Com Limite de Porcentagem de Oxido de Magnésio Menor Ou Igual a 6,5%; Com Limite de Porcentagem de Trioxido de Enxofre Menor Ou Igual a 4%; Com Limite de Porcentagem de Anidrido Carbonico Menor Ou Igual a 5%; Com Limite de Tempo de Fim de Pega Menor Ou Igual a 10 Horas; Limite de Expansibilidade a Frio/quente Menor Ou Igual a 5 Mm; Limite de Tempo de Inicio de Pega Menor Ou Igual a 1 Hora; Normatizacao Conforme Nbr 11578, Eb 208, Mb-1153;	112011	327367
14	225	Lata 18 lt	20	Massas e Complementos para Pintura de Edificacao; Revestimento Texturizado a Base de Resina Acrilica; Tipo Efeito Grafiato Cor Branca; Com Graos de Calcario para Formar Ranhuras, Espessantes e Outros Aditivos a Base de Água; Uso Interno/externo; Classificação Tipo Nbr 13245, 11702;	2970953	446959
15	10	m3	4	Pedra Britada; Numero 01, Fina; Pontiagudo; Que Passa Na Peneira 12,5 Mm e Fica Retida Na Peneira 4,75 Mm Nos Percentuais Da Nm 248; Peneira Utilizada Serie Intermediaria; para Utilizacao Na Fabricacao de Concreto; Conforme	4714490	216957

				Nbr 7211 e Nm 248; Fornecedor Com Cadastro No Cadminerio;		
16	580	Barra de 6m	8	Perfil U; de Aco Carbono, Viga u de Chapa Dobrada; Com Espessura de 1/8 Polegada; Com Dimensoes de 4 x 1.5/8 Polegadas; Devendo Ser Entregue Bruto;	5815088	481164
17	11	m2	350	Placas Ceramicas Esmaltadas; 32 Cm x 59 Cm; Absorção de Água Menor Ou Igual a 20%_com Expansao Por Umidade Menor Ou Igual a 0.6mm/m; Nível de Resistência Química Tipo A; Limpabilidade Classe 5; Dureza Mohs Maior Ou Igual a 15 N/mm2; Carga de Ruptura Mínima Maior Ou Igual a 600n; Branca; 1a. Qualidade; Conforme Nbr 13817, Nbr 13818; Revestimento para Parede de Uso Interno;	3113558	462793
18	11	m2	200	Placas Ceramicas Esmaltadas; Porcelanato Retificado, Medindo 60x60 Cm, Espessura de 9,5 Mm, Acetinado, Alto Trafego Junta de 2 Mm; Absorção de Água 0 a 0,5%; Resistencia a Abrasao Pei 5; Coeficiente de Atrito Maior Igual a 0,4; Nível de Resistência Química Gl; Limpabilidade Classe 4; Dureza Mohs Maior Que 4; Carga de Ruptura Mínima Maior Igual a 130; Na Cor Cinza; de Primeira Qualidade; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes; para Uso Interno;	6260322	600729
19	1	Unidade	50	Luminaria de Led; Refletor de Led de Aluminio e Lente de Vidro Blindado; Formato Retangular; Medindo Aproximadamente 310 x 281 x 43 Mm (cxlxp); Moldura/carcaca Na Cor Preta; Potencia de 200w; Bivolt; Fluxo Luminoso 15.000 Lm; Temperatura Da Cor 6.500k (branco Frio) Com Luz Deled Branca; Fator de Potencia Maior Que 0,80; Grau de Protecao Ip 65; Vida Util 25000 Horas; Blindado (resistente a Agua); Garantia Minima de 03 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	6409644	473078
20	508	Sc de 5kg	35	Rejunte; de Cimento, Agregados Minerais, Pigmentos Inorganicos, Polimeros e Aditivos; Tipo li, Resistência à Flexão Min 3 Mpa, Resistência à Compressão Mínima de 10 Mpa,; Na Cor Bege, Densidade Aparente de Aproximadamente 1,5 G /cm³; para Absorver Dilatacoes Termicas, Juntas de 2 a 10 Mm; Embalado Em Saco Plastico; Conforme Nbr 14992;	4332075	466764

21	1	Unidade	80	Telha de Fibrocimento; Ondulada; Largura: 1,10m; Passo: 177mm; Comprimento: 3,05m; Espessura: 6mm; Sem Amianto; Conforme: Normas Nbr/abnt Vigentes;	6357008	248912
22	32	milheiro	1	Tijolo Macico Ceramico para Alvenaria; 210 x 100 x 50 Mm (comprimento x Largura x Altura); Categoria Categoria Tipo Tijolo Aparente, Na Cor Vermelha, Categoria B; Conforme Nbr 7170;	4702026	447914
23	1	Unidade	80	Telha; de Telha de Zinco Galvanizado Ondulada; Tipo Onda Baixa; Medindo 6,00 x 1.100 x 0,43mm;	3055752	611390
24	1	Unidade	400	Parafuso para Telhas; de Aco Baixo Carbono, Cementado e Temperado; Galvanizado; Autobrocante; Sextavada; Diametro de (1/4" x 3/4"); Comprimento de 20mm;	5476879	300354
25	1	Unidade	40	Cabo para Ferramenta; Em Madeira; para Enxada; Medindo 1,25 m de Comprimento;	613762	265484
26	1	Unidade	12	Cabo para Ferramenta; Picareta; Em Madeira; Medindo 40mm de Diam. x 80cm de Comprimento;	928950	450325
27	1	Unidade	20	Ancinho; Em Aco Carbono, pintura Eletrostatia a Po; Com Tamanho 16 Dentes; Com Cabo de Madeira, medindo Aproximadamente 120 Cm;	6360130	213884
28	1	Unidade	5	Martelo; Tipo Unha; Pesando Aproximadamente 750g; Diametro Aproximado Da Cabeça de 27mm; Cabeça de Aco Forjado e Cabo Em Fibra de Vidro;	6357466	341793
29	1	Unidade	5	Torques; de Aco Forjado e Temperado; Medindo 14"; Com Acabamento Pintado; Mandibula Afiada;	1021737	472135
30	1	Unidade	10	Pa; Aco Pintado, Sacho Coracao, para Jardinagem; de 40 Cm, Cabo de Madeira, Com 1 (uma) Ponta;	5459273	483248
31	1	Unidade	5	Vanga; Com Lamina Em Aco, Corte Reta; Medindo 220 x 310 Mm; Com Cabo de Madeira;	500690	249585

32	1	Unidade	50	Lamina de Serra Manual; Em Aco Rapido, Rigido; Lamina de Serra Semi-rigida,inquebravel Durante Ouso e a Prova de Estilhaçamento; Medindo (c x l x E) 300mm (12") 18t;	6228313	614519
33	1	Unidade	3	Bacia Sanitaria; de Louca; Com Abertura Frontal para Portadores de Necessidades Especiais (pne); No Formato Oval, Com Assento; Medindo (430x360x630)mm=(axlxp), Altura Bacia+caixa de 758mm; Na Cor Branca; Com Saida Vertical, Sifao Oculto; Fabricado de Acordo Com a Norma Nbr/abnt e Legislacao Vigentes;	4875397	452039
34	1	Unidade	20	Trena; de Fita de Aco; Trena de Extensao, graduacao Em Mm, Cm e M; 5m,largura:12,5mm a 13mm; Acondicionada Em Caixa Plastica(abs),freio Auxiliare ,sistema Amortecedor de Impacto;	6327001	393216
35	1	Unidade	120	Cadeado; Corpo de Latao Macico; Largura Minima de 50 Mm; Altura Minima de 45 Mm; Espessura Minima de 20 Mm; Haste de Aco Cementada e Cromada; Altura Minima de 45 Mm; Distancia Minima Entre As Hastes de 27 Mm; Espessura Minima de 8 Mm; Com 16 Pinos; Chave Tetra; Com Duas Chaves; Conforme a Norma Nbr 15271;	3914119	236534
36	580	Barra de 6m	5	Tubo; de Pvc Rigido; Diametro Nominal de 50mm; Conexao Soldavel; Na Cor Marrom; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5051975	214734
37	580	Barra de 6m	5	ubo; de Pvc Rigido; Diametro Nominal de 50mm; Linha Fixa, Com Ponta e Bolsa Soldavel; Branco; Conforme Normas Nbr / Abnt Vigentes;	6092683	265193
38	580	Barra de 6m	5	Tubo; de Pvc Rigido; Diametro Nominal de 100mm; Conexao Soldavel; Na Cor Branca; Conforme Norma Nbr 5688;	5064872	233164
39	580	Barra de 6m	5	Luva; Simples; Em Pvc Rigido; Diametro Nominal de 100mm (4"); Conexao Soldavel; Na Cor Branca; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5159105	240472
40	355	Barra de 3m	20	Tubo; de Pvc; Diametro Nominal de 3/4", Espessura Da Parede de 2,6mm; Na Cor Marrom;	5803098	330325

41	1	Unidade	20	Conexao Te; para Ser Usada Em Esgoto Predial; Pvc Rigido; Diametro Nominal de 50mm; Tipo de Conexao Sem Rosca; Na Cor Na Cor Branca; Fabricacao Conforme Nbr 5688;	5948193	271399
42	1	Unidade	20	Conexao Te; Simples; de Pvc Rigido; Diametro Nominal de 25mm; Conexao Soldavel; Na Cor Marrom; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5056160	261828
43	1	Unidade	20	Conexao Te; Simples; de Pvc Rigido; Diametro Nominal de 40mm; Conexao Soldavel; Na Cor Branca; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5056152	271398
44	1	Unidade	20	Conexao Te; Simples; de Pvc Rigido; Diametro Nominal de 50mm; Conexao Soldavel; Na Cor Marrom; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	5083842	613557
45	1	Unidade	20	Cotovelo para Tubulacao; Em Pvc Rigido; Na Cor Marrom; Diametro Nominal 3/4 Polegadas x 90 Graus; Diametro Externo 25 Mm; Conexao Bolsa Soldavel; Pressao de Servico 7,5 Kgf/cm2 (75 M.c.a.); Conforme Norma Nbr 5648;	5243270	253656
46	11	Metro quadrado	120	Revestimento Ceramico; Azulejo; No Formato Retangular, Medindo (57x33)cm; Com Espessura de 6,0mm; Absorção de Água Grupo b Iii; Carga de Ruptura Classe de Atrito I; Resistencia a Abrasao Classe Pei 3; Resistencia a Mancharmento Classe 3; Resistencia Quimica Gb/glb; Acabamento Liso; Cor Branca; Indicado para Banheiros, Cozinhas e Piscinas; Conforme Norma Nbr/abnt Vigentes;	5119898	462793
47	11	Metro quadrado	100	Placas Ceramicas Nao Esmaltadas; Medindo (240x116)mm, Com 9mm de Espessura; Absorcao de Agua de 0,5 a 3,0%; Resistencia a Abrasao Pei 5; Coeficiente de Atrito Maior Ou Igual a 0,40; Resistencia Quimica Ua Ate Uha; Limpabilidade Classe 5; Dureza Mohs Maior Ou Igual a 7; Carga de Ruptura Maior Ou Igual a 1100n; Aspecto Superficial de Primeira Qualidade; Na Cor Bege Ral 1001; Indicada para Cozinhas Industriais; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes; Extrudada Natural, Antiderrapante;	5634288	327453

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DIRETOR DO CENTRO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO	GILSON CESAR ESCARDOVELLI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A aquisição dos produtos se darão por meio da modalidade de **Pregão Eletrônico**. A modalidade pretendida confere vantagens para administração pública, podendo ser adquiridos com previsão de entrega única e imediata tendo em vista que alguns itens terão sua pronta utilização e outros farão parte do estoque necessário para suprir as demandas repentinas e corriqueiras desta Unidade

5. Levantamento de Mercado

A Pesquisa de preços foi realizada através do sitio eletrônico **compras.gov.br** conforme segue.

ITEM	UF	UNIDADE	QTDE	ESPECIFICAÇÃO	ITEM BEC	ITEM COMPRAS. COM.BR	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	10	m3	4	Areia fina	314137	280968	R\$ 121,3050	R\$ 485,2200
2	10	m3	6	Areia Grossa	5803136	280969	R\$ 120,9500	R\$ 725,7000
3	536	Sc de 20kg	50	Argamassa AC-II	5644631	327084	R\$ 23,0000	R\$ 1.150,0000
4	536	Sc de 20kg	110	Argamassa AC-III	4603850	315173	R\$ 36,0000	R\$ 3.960,0000
5	189	Barra 12 Metro	10	Barra Macica Metais Ferrosos Vergalhao, Ca-50, 1/4"	5061008	255612	R\$ 26,5800	R\$ 265,8000
6	189	Barra 12 Metro	30	Barra Macica Metais Ferrosos, Aco Ca-50, Vergalhao, 5/16"	4941241	251607	R\$ 40,0000	R\$ 1.200,0000
7	32	milheiro	3	Bloco Ceramico de Vedacao Medindo 9 x 19 x 19 Cm, 8 Furos	3957845	351577	R\$ 1.208,0000	R\$ 3.624,0000
8	1	Unidade	1.000	Bloco de Concreto de Vedacao Simples 02 Furos	6461972	609801	R\$ 4,0100	R\$ 4.010,0000
9	250	Rolo de 100m	10	Cabo Eletrico Pp, 2 x S=1, 5mm2, 500v	6301240	470420	R\$ 226,4100	R\$ 2.264,1000

10	250	Rolo de 100m	10	Cabo Eletrico Pp, 2 x S=2, 5mm2, 450 /750v, Classe 5	6369251	341982	R\$ 377,0000	R\$ 3.770,0000
11	536	Sc de 20kg	100	Cal Hidratada, Ch-i, Plasticidade Maior Ou Igual 110, Nbr 7175	1218751	320919	R\$ 20,3750	R\$ 2.037,5000
12	580	Barra de 6m	12	Cantoneira de Abas Iguais, Ferro, (3/4" x 3/4"), 1/8"	5556872	375361	R\$ 50,2100	R\$ 602,5200
13	343	Sc de 50kg	180	Cimento Portland composto (CPII-E-32)	112011	327367	R\$ 36,0000	R\$ 6.480,0000
14	225	Lata 18 lt	20	Grafiato branco 18 lt	2970953	446959	R\$ 129,5700	R\$ 2.591,4000
15	10	m3	4	Pedra Britada Numero 1, Fina, Pontiagudo, Peneira Serie Intermediaria	4714490	216957	R\$ 134,8500	R\$ 539,4000
16	580	Barra de 6m	8	Perfil U, Aco Carbono, Viga u	5815088	481164	R\$ 293,3300	R\$ 2.346,6400
17	11	m2	350	Placas Ceramicas Esmaltadas, 32 x 59 Cm - (Revestimento 33x60)	3113558	462793	R\$ 38,0000	R\$ 13.300,0000
18	11	m2	200	Placas Ceramicas Esmaltadas, Porcelanato Retificado, Cinza, 60x60 cm	6260322	600729	R\$ 35,0000	R\$ 7.000,0000
19	1	Unidade	50	Projektor para Iluminação Led Bivolt 200w	6409644	473078	R\$ 92,4300	R\$ 4.621,5000
20	508	Sc de 5kg	35	Rejunte a Base de Cimento , Tipo II, Bege, Juntas de 2 a 10mm	4332075	466764	R\$ 20,4700	R\$ 716,4500
21	1	Unidade	80	Telha de Fibrocimento, Ondulada, (1,10 x3, 05)m, Esp 6mm	6357008	248912	R\$ 84,1500	R\$ 6.732,0000
22	32	milheiro	1	Tijolo Macico Ceramico para Alvenaria, 210 x 100 x 50 Mm	4702026	447914	R\$ 822,5000	R\$ 822,5000
23	1	Unidade	80	Telha, de Zinco, 6 x 1.1 (m) x 0.43 (mm)	3055752	611390	R\$ 233,2100	R\$ 18.656,8000
24	1	Unidade	400	Parafuso para Telhas, Aco, Autobrocante, Sextavado, (1/4" x 3/4"), 20mm	5476879	300354	R\$ 2,9100	R\$ 1.164,0000

25	1	Unidade	40	Cabo de enxada	613762	265484	R\$ 17,2600	R\$ 690,4000
26	1	Unidade	12	Cabo de Picareta	928950	450325	R\$ 18,5250	R\$ 222,3000
27	1	Unidade	20	Ancinho Em Aco Carbono, 16 Dentes , Cabo Em Madeira, Med.aprox.120cm	6360130	213884	R\$ 30,0000	R\$ 600,0000
28	1	Unidade	5	Martelo, Tipo Unha, Peso Aprox.750g, Diam.aproximado Da Cabeça 27mm	6357466	341793	R\$ 30,0000	R\$ 150,0000
29	1	Unidade	5	Torques de Aco Forjado e Temperado, 14", C/acab.pintado, Mandibula Afiada	1021737	472135	R\$ 62,4500	R\$ 312,2500
30	1	Unidade	10	Pa Em Aco Pintado Sacho Coracao P /jardinagem 40 Cm Cabo de Madeira	5459273	483248	R\$ 38,0000	R\$ 380,0000
31	1	Unidade	5	Vanga, Com Lamina de Aco Corte Reta, 220x310mm, Cabo de Madeira	500690	249585	R\$ 35,7200	R\$ 178,6000
32	1	Unidade	50	Lamina de Serra Manual Aco Rapido, Semi Rigida, Med.300mm(12") 18t"	6228313	614519	R\$ 9,5800	R\$ 479,0000
33	1	Unidade	3	Bacia Sanitaria, Louca, Abertura Frontal, Oval, Branca	4875397	452039	R\$ 445,6950	R\$ 1.337,0850
34	1	Unidade	20	Trena de Extensao 5m, de Fita de Aco, Graduacao Em Mm, Cm e m	6327001	393216	R\$ 20,7500	R\$ 415,0000
35	1	Unidade	120	Cadeado, Corpo de Latao Macico, Largura Minima 50 Mm, Chave Tetra	3914119	236534	R\$ 117,9000	R\$ 14.148,0000
36	580	Barra de 6m	5	Barras de cano 50mm - marrom	5051975	214734	R\$ 58,3900	R\$ 291,9500
37	580	Barra de 6m	5	Barras de cano 50mm - esgoto	6092683	265193	R\$ 42,9400	R\$ 214,7000
38	580	Barra de 6m	5	Barras de cano 100mm - esgoto	5064872	233164	R\$ 55,0000	R\$ 275,0000
39	580	Barra de 6m	5	Tubo Pvc rígido para Esgoto Predial, 40mm, Branco	5159105	240472	R\$ 28,0000	R\$ 140,0000

40	355	Barra de 3m	20	Tubo Pvc 3/4", Marrom	5803098	330325	R\$ 17,2500	R\$ 345,0000
41	1	Unidade	20	Conexão Te Simples Pvc rígido Cor Branca 50 Mm	5948193	271399	R\$ 8,4186	R\$ 168,3720
42	1	Unidade	20	Conexão Te Simples, Pvc rígido, 25mm, soldável, Marrom	5056160	261828	R\$ 11,2900	R\$ 225,8000
43	1	Unidade	20	Conexão Te Simples, Pvc rígido, 40mm, soldável, Branco	5056152	271398	R\$ 3,3750	R\$ 67,5000
44	1	Unidade	20	Conexão Te Simples, pvc, 50mm, soldável, marrom	5083842	613557	R\$ 10,7900	R\$ 215,8000
45	1	Unidade	20	Cotovelo Em Pvc rígido Marrom 3/4 Pol. x 90 Graus	5243270	253656	R\$ 11,2000	R\$ 224,0000
46	11	Metro quadrado	120	Revestimento Ceramico,azulejo,(57x33) cm,6mm,b III,branco	5119898	462793	R\$ 38,0000	R\$ 4.560,0000
47	11	Metro quadrado	100	Placas Ceramicas Nao Esmaltadas Medindo (240x116)mm Bege Hal 1001	5634288	327453	R\$ 133,5000	R\$ 13.350,0000
						VALOR TOTAL		R\$ 128.056,2870

6. Descrição da solução como um todo

A aquisição dos produtos se dará por meio da modalidade de **Pregão Eletrônico**. Essa forma de contratação torna-se mais vantajosa para a administração pública, podendo os produtos serem adquiridos com previsão de entregas **IMEDIATAS**, com o propósito de suprir a demanda imediata bem como a de abastecer os estoques de itens que tem sua utilização corriqueira e não previsível.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem adquiridas foram definidas com base em análise criteriosa da necessidade verificada para as necessidades abrangentes, estando em conformidade com as expectativas de utilização do corrente ano e as emergências de manutenção que devam ser sanadas de maneira imediata não podendo aguardar aquisição futura para atender sua utilização.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor aproximado da contratação é de **R\$ 128.056,28 (cento e vinte e oito mil, cinquenta e seis reais e vinte e oito centavos)** baseando-se na pesquisa de preços realizada através do sítio eletrônico **www.compras.gov.br** e quantidades a serem adquiridas.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A pesquisa de preços foi realizada conforme Decreto nº 67.888 de 17 de agosto de 2023, no sítio eletrônico **www.compras.gov.br**, afim de instruir o referido processo e adotar o valor do mesmo, como referencial desta licitação, cujo valor estimado encontra-se em Arquivos Auxiliares desta licitação, para aquisição com entrega parcelada ou única.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Contratação independente, não se vincula a nenhuma outra já realizada ou a se realizar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A referida contratação não consta em Plano Anual de Contratação, legalmente amparado em Decreto Estadual nº 67.689 de 03 de maio de 2023 em sua disposição Técnica.

12. Resultados Pretendidos

Como benefícios resultantes deste certame, espera-se melhor atender as demandas dos diversos setores desta unidade prisional no que se refere a oferecer o devido funcionamento das estruturas bem como a manutenção e conservação do próprio público.

13. Providências a serem Adotadas

A pesquisa de preços fora realizado conforme Decreto nº 67.888 de 17 de agosto de 2023, no site **compras.gov.br**, e em sites de lojas especializadas a fim de instruir o referido processo e adotar o valor do mesmo como referencial da licitação, cujo valor estimado encontra-se em Arquivos Auxiliares desta licitação, para aquisição, com entrega parcelada ou única, informo a Vossa Senhoria que a unidade dispões de recursos orçamentários/financeiros para a despesa decorrente da presente licitação, estando à contratação pretendida devidamente justificada. As despesas aqui relacionadas são habituais, visto que sua aquisição é imprescindível para o atendimento das necessidades deste Estabelecimento Penal. Cumpre informar, ainda que as quantidades propostas pelo folheto descritivo foram requisitadas pela Diretoria do Centro de Trabalho e Educação e Centro de Finanças e Suprimentos desta unidade prisional.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A referida contratação não apresenta riscos de impacto ambiental.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Os itens a serem adquiridos são de extrema importância para a manutenção, reforma e adequação do Próprio Público a ser zelado por esta Unidade Prisional, de modo que tal aquisição é viável por atender as necessidades bem como estar sendo cumprido os trâmites legais impostos pela Legislação vigente.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Elaboro o presente ETP para instruir processo de aquisição por meio de licitação na modalidade Pregão eletrônico.

FABIO RENATO DA SILVA

Suervisor Técnico III



Assinou eletronicamente em 04/07/2024 às 11:02:27.

Anexo III - ANEXO II- RESOLUCAO_SAP_49.pdf



/governosp



Diário
Oficial

Buscar por termo no dia de hoje



← VOLTAR

COMPARTILHAR



PDF



DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Publicado na Edição de 18 de Abril de 2024 | Caderno Executivo | Seção Atos Normativos

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024, DE 17/4/2024

RESOLUÇÃO SAP n.º 49/2024

	Dispõe e regulamenta os procedimentos sancionatórios no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas.
--	---

O Secretário da Administração Penitenciária, no exercício de suas atribuições legais, e considerando as alterações introduzidas pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 (LLCA), às contratações públicas, bem como, a necessidade de adequar os processos sancionatórios ao que dispõem os artigos 155 a 163 do referido diploma legal, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - A aplicação de sanções aos licitantes e contratados, em decorrência de infrações cometidas em procedimentos licitatórios, em contratações administrativas e em outros ajustes regidos pela Lei n.º 14.133/21 (LLCA), deverá obedecer ao disposto nesta Resolução.

Artigo 2º - O licitante ou contratado, ou quem mantenha vínculo obrigacional para com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria da Administração Penitenciária, que incidir nas infrações relacionadas no artigo 155 da LCCA, ficará sujeito às sanções administrativas do artigo 156 do mesmo diploma legal.

Parágrafo único- Em caso de atraso injustificado, a multa de mora será aplicada de acordo com os parâmetros também fixados nesta resolução em disposição própria.

Artigo 3º - Serão aplicadas as seguintes sanções administrativas:

I- advertência;

II- multa

III- impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

IV- declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - A multa será aplicada nos casos de atraso injustificado na execução do contrato e na inexecução parcial ou total do contrato.

§ 2º - A aplicação das sanções previstas neste artigo não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados, devidamente apurado.

§ 3º - As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

Artigo 4º - Na aplicação das sanções a que se refere o artigo 3º, serão considerados:

I- a natureza e a gravidade da infração cometida, bem como, os danos que dela provierem para o contratante;

II- as peculiaridades do caso concreto;

III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme as normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 1º - São consideradas circunstâncias agravantes na aplicação da sanção:

1. a existência de registro do licitante ou contratado no E-Sanções ou na Relação de Apenados do TCESP, em vigência no momento do cometimento da infração, em decorrência de penalidade aplicada no âmbito, da Secretaria da Administração Penitenciária, nos 12 (doze) meses anteriores ao fato ensejador da sanção;

2. a desclassificação ou inabilitação por descumprimento das exigências do edital, quando for notória a impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

3. a inércia deliberada do licitante ou do contratado em face das diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório ou o inadimplemento de

obrigações contratuais;

4. a falsidade de declaração, apresentada pelo licitante, de que é beneficiário de tratamento diferenciado concedido em legislação específica;
5. a reincidência na infração;
6. a imprescindibilidade do bem ou serviço contratado para o funcionamento de serviços públicos ou satisfação de necessidade coletiva.

§ 2º - São circunstâncias atenuantes da sanção:

1. a falha escusável do licitante ou contratado;
2. a apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído o licitante ou o contratado e que não sejam de fácil identificação por estes últimos;
3. a juntada de documentação que, embora não tenha atendido às exigências do edital, foi encaminhada de forma equivocada, sem indício de dolo;
4. a adoção de medidas destinadas a mitigar os efeitos danosos da conduta infracional.

CAPÍTULO II DAS SANÇÕES

Seção I – Da Advertência

Artigo 5º - A advertência será aplicada ao contratado que der causa à inexecução parcial do contrato, da qual não advenha grave dano à Administração, que justifique a imposição de penalidade mais grave.

Seção II – Da Multa

Artigo 6º - A multa prevista no inciso II do artigo 156, aplicável ao contratado ou licitante por qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155, ambos da LLCA, será calculada na forma desta resolução ou na forma de eventual previsão específica distinta no edital ou no contrato, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta.

Artigo 7º - A inexecução parcial do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I – No caso de obras e serviços de engenharia, 20% (vinte por cento) do saldo contratual não realizado;

II – No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 15% (quinze por cento) do saldo contratual não realizado;

III – No caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento) por dia de inexecução, calculado sobre o valor diário do contrato.

Artigo 8º – A inexecução total do ajuste sujeitará o contratado à multa, na seguinte conformidade:

I – No caso de obras e serviços de engenharia e prestação de serviços contínuos, 10% (dez por cento) do valor do contrato;

II – No caso de aquisição de bens ou de contratação de prestação de serviços não contínuos, 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

Artigo 9º - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à aplicação de multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, além da sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração pelo prazo máximo de 3 (três) anos, e ainda, se for o caso, da imediata perda da garantia de proposta.

Artigo 10 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos do artigo 162 da LLCA, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estipulado, na seguinte conformidade:

I- no caso de aquisição de bens ou de prestação de serviços não contínuos:

a) 0,5% (meio por cento) ao dia, para atraso de até 15 (quinze) dias;

b) 1% (um por cento) ao dia, a partir do 16º (décimo sexto) ao 30º (trigésimo) dia, aplicada em acréscimo à da alínea “a” supra;

c) Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução parcial ou total do contrato, conforme o caso.

II – no caso de prestação de serviços contínuos, 30% (trinta por cento), calculados sobre o valor diário do contrato. Após 30 (trinta) dias, fica caracterizada a inexecução do contrato,

sem prejuízo de que tal caracterização reste constada pela Administração em lapso temporal inferior, dadas as características do serviço prestado.

III – no caso de obras e serviços de engenharia, 1% (um por cento) na primeira ocorrência e 2% (dois por cento) quando houver reincidência, calculados sobre o valor correspondente ao saldo contratual não realizado.

Parágrafo único – Na contagem dos prazos referidos nos incisos I e II deste artigo serão considerados dias corridos.

Artigo 11 - A multa de mora poderá ser convertida em compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta Resolução.

Artigo 12 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pelo contratante ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se for o caso, ou cobrada judicialmente.

Artigo 13 – Fica dispensada a instauração de processo administrativo sancionatório quando for constatado que a multa a ser imposta à contratada é irrisória.

Parágrafo único - Para os efeitos desta Resolução, é considerado irrisório o valor de multa igual ou inferior a 5 (cinco) UFESP, vigente para o exercício financeiro.

Artigo 14- É obrigatória a instauração de processo administrativo sancionatório, mesmo para a hipótese de multa com valor irrisório:

I- em caso de constatação de conduta que, em tese, possa ensejar a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e/ou declaração de inidoneidade ao contratado.

Artigo 15 – A dispensa referida no artigo 13 desta Resolução deve ser motivada pela autoridade competente para a sua aplicação e instruída com cálculo do valor da multa em tese cabível, possibilitando conferência pelos órgãos de controle, se o caso.

Artigo 16 – Os bens não aceitos e as obras ou serviços executados em desacordo com o estipulado deverão ser substituídos ou corrigidos dentro do prazo fixado pela contratante,

em Edital e/ou Contrato, contado do recebimento da comunicação da recusa.

§ 1º - O pedido de prorrogação para entrega ou execução do objeto deverá ser apresentado, com a devida justificativa, antes do término do respectivo prazo.

§ 2º - A ausência de regularização do objeto dentro do prazo determinado ensejará a aplicação das sanções previstas nesta resolução, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido.

Seção III – Do Impedimento de Licitar e Contratar

Artigo 17 – A sanção de impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do “caput” do artigo 155 da LLCA, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, pelos seguintes prazos:

- I- por 3 (três) meses, no caso de infração prevista no inciso IV do artigo 155;
- II- por 6 (seis) meses, no caso de infrações previstas nos incisos V a VII do artigo 155;
- III- por 1 (um) ano, no caso de infração prevista no inciso II do artigo 155;
- IV- por 2 (dois) anos, no caso de infração prevista no inciso III do artigo 155;

Parágrafo único – Os prazos de que trata este artigo poderão ser reduzidos ou majorados, neste último caso até o prazo máximo de 3 (três) anos, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes.

Seção IV – Da Declaração de Inidoneidade

Artigo 18 - A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada ao contratado ou licitante pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII a XII do “caput” do artigo 155 da LLCA, bem como, se estiver justificada a imposição de penalidade mais grave por aquelas previstas nos incisos II a VII do “caput” do mesmo artigo, e impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 1º - O prazo a que alude o “caput” deste artigo poderá ser reduzido ou majorado, à vista de circunstâncias atenuantes ou agravantes, respeitando o mínimo de 3 (três) anos e o máximo de 6 (seis) anos, nos termos do § 5º, do artigo 156, da LLCA.

§ 2º - Para os fins do inciso X do “caput” do artigo 155 da LLCA (“comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza”), considera-se comportamento inidôneo

a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, bem como o cometimento de fraude de qualquer natureza.

CAPÍTULO III DO PROCEDIMENTO SANCIONATÓRIO

Artigo 19 – A instauração de processo sancionatório se dará mediante comunicação do gestor, ou de quem tenha a responsabilidade pelo acompanhamento da execução contratual, à autoridade competente visando a iniciação do procedimento.

Parágrafo único - Os emitentes das garantias exigidas no contrato deverão ser notificados quando do início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do § 4º, do artigo 137, da LLCA.

Artigo 20 - Na aplicação das sanções previstas nos incisos I e II, do artigo 3º, desta Resolução, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação, garantindo o direito ao contraditório e ampla defesa.

Parágrafo único – Se na instrução do processo sancionatório estiverem presentes indícios que também recomendem, desde logo, a rescisão unilateral do contrato, deverá o contratado ser comunicado de ambas as consequências da infração constada, para exercer seu direito de defesa.

Artigo 21 – A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 2º, desta Resolução, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§ 1º - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

§ 2º - Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 3º - Finalizada a produção de provas ou expirado o prazo para alegações finais, a comissão elaborará relatório pormenorizado dos fatos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 4º - Os processos sancionatórios deverão ser remetidos, após o término da fase de instrução à autoridade competente para fins de avaliação do seu processamento e eventual análise jurídica.

Artigo 22 – Da decisão da autoridade competente que aplicar as sanções de advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar, caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

Artigo 23 - O recurso deverá ser dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, sendo que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados do recebimento dos autos.

Artigo 24 - A aplicação da sanção estabelecida no inciso IV, do artigo 3º, desta Resolução (declaração de inidoneidade para licitar) é de competência exclusiva da autoridade máxima do órgão, e será precedida de análise pelo órgão jurídico da Pasta.

Artigo 25 – Da decisão que aplicar a sanção de inidoneidade para licitar e contratar, caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do seu recebimento.

Artigo 26 – A imposição das sanções previstas nesta resolução não impede a propositura de ação judicial com vista à reparação integral do dano causado.

Artigo 27 – O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

Parágrafo único – Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

Artigo 28 - A intimação dos atos relativos à aplicação de sanções será feita mediante expedição de ofício ao(s) representante(s) relacionado(s) no contrato, conforme o caso, por meio do endereço eletrônico nele indicados, que deve ser mantido atualizado para os fins a que se destina.

§ 1º - Resultando infrutífera a intimação a que refere o “caput” deste artigo, será esta efetuada por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

§ 2º - Nos processos eletrônicos as comunicações dos atos oficiais serão realizadas por meio das funcionalidades existentes no Sistema Eletrônico de Informações – SEI ou em outro que venha a substituí-lo.

Artigo 29 - Decorridos 30 (trinta) dias da notificação para recolhimento da multa, não ocorrendo a quitação, serão adotadas as medidas para o registro do devedor no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais (CADIN) e a inscrição do débito na Dívida Ativa do Estado para cobrança judicial.

Artigo 30 – A prescrição para aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV, do artigo 2º, desta Resolução, ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

- I – interrompida, pela instauração do processo de responsabilidade a que refere o caput deste artigo;
- II – suspensão, pela celebração de acordo de leniência, previsto na Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- III – suspensão, por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Artigo 31 - Encerrada a instância administrativa, as sanções deverão ser registradas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo (CAUFESP), no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem como, conforme o caso, comunicadas as autoridades competentes, para fins de anotações nos demais cadastros de controle, dentro do prazo legal de 15 (quinze) dias úteis.

Artigo 32 - Aplica-se na contagem dos prazos previstos nesta Resolução o disposto no artigo 183, da LLCA.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 33 – A presente Resolução deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, os instrumentos convocatórios de licitação, os contratos e os instrumentos equivalentes, inclusive nas hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Artigo 34 – Ficam revogadas as Resoluções SAP 6/2007, 7/2007 e 78/2022, permanecendo aplicáveis aos contratos quando vigentes, quando constar remissão expressa em suas disposições.

Artigo 35 – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação aos certames e contratos regidos pela Lei Federal n.º 14.133/21.

São

Paulo, na data da assinatura digital.

MARCELLO STREIFINGER

Secretário de Estado



Este documento pode ser verificado pelo código

2024.04.17.1.1.12.1.220.248638

em <https://www.doe.sp.gov.br/autenticidade>

← VOLTAR

©2024 | Diário Oficial do Estado de São Paulo | Todos os Direitos Reservados

Desde maio de 1891

Ouvidoria

Transparência

SIC

Anexo IV - ANEXO III-MOD. DE PROPOSTA.pdf

ANEXO III

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PROCESSO SEI Nº 006.00206721/2024-48

PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2024-P.AVAN

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ____/____/2024

OBJETO: Aquisição de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ESTOCÁVEIS, COM ENTREGA PARCELADA**, para atender as necessidades da **PENITENCIÁRIA "VALDIC JUNIO ALVES PRIMO" DE AVANHANDAVA**

ITEM	MATERIAL	CÓDIGO ITEM	QUANTIDADE (UNIDADE DE FORNECIMENTO)	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
01					
02					
03					
(...)					

- Validade da proposta: 60 (sessenta) dias

Anexo V - ANEXO IV- MOD. DECLARACOES.pdf

ANEXO IV
MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO IV.I

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____ na condição de representante legal de (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº _____ Processo nº _____/____, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição estadual;
- b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;
- c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;
- d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto Estadual nº 66.819/2022 ou do Decreto estadual nº 67.409/2022 poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e
- e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.II

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA
REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

(elaborada pelo licitante)

Eu _____ portador do CPF nº _____,
na condição de representante legal de (nome empresarial ou denominação), interessado em
participar do Pregão Eletrônico nº _____, Processo nº _____, DECLARO
que o licitante tem conhecimento do local e das condições da realização do objeto da
licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da
possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a
proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade como estabelecido no Edital,
não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições
ajustadas, tampouco a legar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a
invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será
realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)

ANEXO IV.III

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E
PECULIARIDADES DA CONTRATAÇÃO**

(elaborado pelo licitante)

Eu, _____ portador do
CPF nº _____, na condição de responsável técnico de (nome
empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico
nº _____, Processo nº _____, DECLARO que o licitante
tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, que não
realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de
fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem
realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no
Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese e modificações nos preços, prazos ou
condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer
benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is)
em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura/qualificação do responsável técnico)